

Empresa Maranhense de Administração
Portuária – EMAP



BALANÇO PATRIMONIAL
2016

Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

BALANÇO PATRIMONIAL

2016

Sumário

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto.....	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
Notas explicativas.....	8 - 26





Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	263.970	212.640	Fornecedores	13	1.586	997
Valores de Terceiros para Aplicação em Infraestrutura	9	822	3.934	Folha de pagamento e provisão de férias		4.094	3.987
Clientes Líquido de PCLD	10	5.322	7.455	Impostos e contribuições a recolher	14	4.001	4.086
Almoxarifado		112	101	Convênios a Comprovar	15	722	1.925
Impostos e contribuições a recuperar/compensar	11	13.400	10.032	Juros sobre capital próprio		23.162	24.768
Outras contas a receber		4.394	2.119	Provisão participação nos resultados		4.400	4.926
				Provisão para contingências		2.440	2.320
				Receita diferida	16	6.081	6.081
				Outras contas a pagar	17	4.009	6.297
Total do ativo circulante		288.021	236.281	Total do passivo circulante		50.496	55.387
Clientes Líquido de PCLD LP	10	625	568	Provisão para contingências	16	116.046	122.127
Imobilizado	12	554.120	546.983	Receita diferida		336.993	333.708
Intangível		20.841	19.709	Convênios a comprovar	15	453.040	455.835
Total do ativo não circulante		575.586	567.260	Total do passivo não circulante			
				Patrimônio Líquido	18		
				Capital Social		307.317	213.938
				Reservas de lucro		52.755	78.380
				Total do patrimônio Líquido		360.072	292.318
Total do Ativo		863.607	803.541	Total do Passivo		863.607	803.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita Líquida	4	<u>146.401</u>	<u>171.620</u>
Custos operacionais	5	(42.318)	(36.811)
Lucro bruto		<u>104.083</u>	<u>134.810</u>
Despesas Administrativas	6	(53.348)	(51.261)
Pessoal/Encargos e Benefícios		(35.798)	(32.857)
Despesas Gerais		(16.946)	(17.213)
Despesas com Materiais		(401)	(320)
Provisão para Contingências		(120)	(450)
Outras Despesas		(82)	(420)
Depreciação e Amortização		<u>(3.540)</u>	<u>(3.600)</u>
Resultado financeiro		<u>7.572</u>	<u>11.154</u>
Receitas Financeiras		31.148	25.326
Despesas Financeiras		(23.575)	(14.172)
Resultado antes dos Impostos		<u>54.768</u>	<u>91.103</u>
Impostos sobre o Lucro	7	(11.782)	(22.895)
(-) Provisão para Contribuição Social		(4.969)	(8.255)
(-) Provisão para IRPJ		(13.448)	(22.483)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		6.635	7.843
Lucro do período		<u><u>42.985</u></u>	<u><u>68.208</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício	<u>42.985</u>	<u>68.208</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u><u>42.985</u></u>	<u><u>68.208</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.







Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	
Em 31 de dezembro de 2014	213.938	6.359	-	3.813	224.110
Incorporação de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Capitalização de reservas	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	68.208
Constituição de reserva legal	-	3.410	-	-	(3.410)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	7.843	-	(7.843)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	56.955	(56.955)
Em 31 de dezembro de 2015	213.938	9.769	7.843	60.768	292.318
Incorporação de juros sobre capital próprio	24.768	-	-	-	24.768
Capitalização de reservas	7.843	-	(7.843)	-	-
Lucro do exercício	-	2.149	-	-	42.985
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(2.149)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	6.635	-	(6.635)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	34.201	(34.201)
Capitalização de reserva de lucros a realizar	60.768	-	-	(60.768)	-
Em 31 de dezembro de 2016	307.317	11.919	6.635	34.201	360.072

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	42.985	68.208
Imposto de renda	13.448	22.483
Contribuição social	4.969	8.255
Receita de Subvenção - Redução IRPJ	(6.635)	(7.843)
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	54.768	91.103
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	3.540	3.600
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	-
Provisão de crédito de Liquidação duvidosa	-	-
Receita de Subvenção - Redução IRPJ	6.635	7.843
Reversão de contingências	120	150
	10.295	11.593
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Clientes	2.076	(434)
Almoxarifado	(11)	(10)
Impostos e contribuições a recuperar	(3.368)	32.443
Impostos sobre o lucro a recuperar	-	-
Outros créditos a receber	(2.276)	(35)
	(3.578)	31.963
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	589	794
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	107	117
Impostos e contribuições a recolher	(84)	817
Tributos sobre o lucro	(18.417)	(30.738)
Juros sobre capital próprio	(1.606)	14.007
Participação nos lucros	(526)	1.468
Receita diferida	(6.081)	(6.081)
Outras contas a pagar	(2.288)	4.794
	(28.307)	(14.823)
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	33.178	119.837
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	33.178	119.837
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado Próprio	(7.346)	(68.533)
Aquisições no ativo imobilizado da União	(3.331)	(9.946)
Aquisições no ativo intangível Próprio	(1.132)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(11.809)	(78.479)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capitalização de Juros sobre capital próprio	24.768	-
Captação de recursos da União	2.082	11.161
Devolução de recursos da União	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	26.850	11.161
Disponibilidades aplicadas no período	48.219	52.519
Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	216.574	164.055
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	264.793	216.574
Varição nas disponibilidades	48.219	52.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas	167.049	196.987
Receita de serviços prestados	129.686	163.090
Receita de arrendamento	37.348	33.884
Outras receitas	15	14
Insumos adquiridos de terceiros	(43.163)	(39.955)
Custos dos serviços prestados	(25.613)	(21.551)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.550)	(18.404)
Valor adicionado bruto	123.886	157.032
Depreciação, amortização e exaustão	(3.540)	(3.600)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	120.346	153.432
Valor adicionado recebido em transferências	31.148	25.326
Receitas financeiras	31.148	25.326
Valor adicionado total a distribuir	151.494	178.758
Distribuição do valor adicionado	151.494	178.758
Pessoal	44.684	41.290
Remuneração direta	35.188	32.306
Benefícios	7.168	6.794
F.G.T.S.	2.328	2.190
Impostos, taxas e contribuições	40.249	55.088
Federais	35.053	48.601
Municipais	5.196	6.486
Remuneração de capitais de terceiros	413	166
Despesas financeiras	413	166
Remuneração de capitais próprios	66.148	82.215
Juros sobre capital próprio	23.162	14.007
Lucros do período	42.985	68.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Informações sobre a Empresa

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, foi constituída conforme Lei nº 7225 em 31 de agosto de 1998 como Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira e exerce a administração e exploração do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cajupe, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que revogou a Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do Governo Federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão com prazo de 25 anos. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

De acordo com o parecer do Conselho Fiscal de 23 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2017, aprova e autoriza a publicação das demonstrações financeiras.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A Empresa é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações relevantes em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de Serviços

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

Receita de aluguel

Receita de aluguel, é resultante de arrendamentos de bens próprios, é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos registrados em contrato. O valor é composto de uma parcela fixa (outorga fixa) e de uma parcela variável (outorga variável), quando aplicável a clientes com movimentação de cargas na área arrendada.

2.3. Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, arrendamentos e prestação de serviços;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.5. Imobilizado

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;

- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o gasto de reposição de parte do imobilizado, assim como juros e outros custos incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas são anuais, calculadas pró-rata mensalmente, como segue:

<u>Espécie</u>	<u>Taxa Anual</u>
Edificações portuárias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

FATO RELEVANTE:

Em 2016, a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda. – EPP iniciou os trabalhos de levantamento contábil, inventário patrimonial, reavaliação de valor e de vida útil dos bens do ativo imobilizado e Intangível, Conciliação Contábil e Assessoria para tratamento dos ajustes contábeis necessários, de bens concluídos e em andamento, inclusive os remanescentes da CODOMAR, que foram transferidos através do convênio de delegação 016/2000.

Nesse trabalho, os principais pontos considerados foram: reconhecimento dos ativos; determinação de sua vida útil; determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e valor recuperável do imobilizado já totalmente depreciado.

As atividades básicas desenvolvidas para que se atinja o objetivo descrito neste item foram as seguintes:

a) Levantamento Contábil - Consiste na individualização de bens contabilizados por totais, agrupamento de bens incorporados ao bem principal, visando ao melhor aproveitamento do trabalho, e a devida análise dos bens patrimoniais.

b) Inventário Físico

c) Cotejamento – Conciliação da base física resultante do inventário com a base contábil existente.

Desta conciliação resultou na identificação de sobras contábeis (bens existentes no cadastro do sistema patrimonial e que não foram localizados fisicamente) ou sobras físicas (bens localizados fisicamente que não foram identificados no cadastro).

d) Saneamento – Esta etapa está em andamento, e prevista para ser concluída até 28/02/2017, compreende as atividades de regularização do cadastro de bens e cotejamento entre as informações disponibilizadas e as informações coletadas no inventário.

e) Atualização do Sistema de Controle Patrimonial - Esta etapa está em andamento, e prevista para ser concluída até 28/02/2017; consiste na atualização das alterações cadastrais identificadas durante a realização do levantamento físico. Estas alterações podem ser referentes a: localização física, descrição, marca, modelo, nº de série, base para depreciação, dentre outros. Caso existam sobras físicas não contabilizadas, estas deverão ser incorporadas ao cadastro.

f) Teste de Recuperabilidade (IMPAIRMENT/CPC 01) - Consiste no comparativo entre o valor avaliado e o residual contábil, objetivando verificar a possível redução no valor recuperável dos ativos de longa duração.

g) Apuração do Valor Residual

h) Determinação da vida útil

As adequações necessárias oriundas da finalização deste trabalho serão reconhecidas contabilmente no exercício de 2017.

2.6. Arrendamentos de Bens

A caracterização de um contrato como arrendamento de bens está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de bens para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez no curto prazo.

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é considerado provável que possa ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

Em relação a Provisão de Férias e seus encargos, neste exercício, foi concluído o trabalho de revisão dos parâmetros de cálculo do relatório extra contábil de acompanhamento da composição analítica dos valores provisionados acumulados. Esta ação, resultou em lançamento de reversão de R\$ 361.158,59 na conta de Férias e de R\$ 211.471,80 na conta de Encargos sobre Provisão de Férias, tendo como contrapartida a conta de resultado.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e Premissas

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

4. Receita Líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta	167.049	196.987
Tarifas/Serviços	129.686	163.090
Arrendamento	31.267	27.803
Arrendamento TEGRAM	6.081	6.081
Outras Receitas	15	14
Deduções da receita	(20.648)	(25.367)
Impostos s/ Faturamento	(20.648)	(25.367)
Receita Líquida	146.401	171.620

5. Custos Operacionais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos com Pessoal	16.705	15.259
Custos com Infraestrutura Portuária	2.193	2.081
Custos Gerais	19.552	16.183
Custos com Materiais	842	685
Custos com Serviços Essenciais	2.514	2.183
Outros Custos	513	421
Total	42.318	36.811

6. Despesas Administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal/encargos e benefícios	35.798	32.857
Despesas gerais	16.340	16.625
Materiais	401	320
Serviços essenciais	606	588
Provisão para contingências	120	450
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-	402
Outras despesas não recorrentes	82	19
Total	53.348	51.261

7. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está resumida a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesas de contribuição social corrente	4.969	8.255
Despesa de imposto de renda Corrente	13.448	22.483
Receita Subvenção - inventivo fiscal SUDENE (a)	(6.635)	(7.843)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	11.782	22.895

A conciliação entre a despesa tributária é o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	54.768	54.768	91.103	91.103
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	13.692	4.929	22.776	8.199
Adições :				
Comemorações	-	-	-	-
Contribuições Sócio-Culturais e Patrocínios	317	317	-	-
Multas por infrações	3	3	169	169
Provisões p/ Contingências	120	120	450	450
Outras despesas não dedutíveis	6	6	-	-
	446	446	619	619
Exclusões:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Base do imposto adicional	-	-	-	-
	-	-	-	-
IRPJ e CSLL	13.779	4.969	22.906	8.255
Incentivo PAT	(331)	-	(424)	-
Contribuições Sócio-Culturais Lei Rouanet	-	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	13.448	4.969	22.482	8.255
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)				
(+) IRPJ Subvenção Governamental (a)	(6.635)	-	(7.843)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	6.813	4.969	14.639	8.255
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	12%	9%	16%	9%

(a) Incentivo Fiscal SUDENE – Laudo Constitutivo n°. 0210/2014 e Ato Declaratório RFB n°. 16 (04/07/2016)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Numerários Disponíveis	145	188
Aplicações Financeiras	263.825	212.452
Total	263.970	212.640

As aplicações financeiras próprias são investimentos em Fundos de Investimentos em renda fixa e Certificado de Depósito Bancário (CDB), este último remunerado pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com percentual dos mesmos entre 95% e 100,5%. Ambas as aplicações estão disponíveis para pronta utilização nas operações da EMAP.

Os saldos contábeis das contas Caixa e Equivalentes de Caixa são conciliados com as informações fornecidas pelos bancos através dos extratos bancários e conferem com os mesmos.

9. Aplicação financeira de valores de terceiros

Quanto às aplicações de valores de terceiros referem-se a:

I) Depósitos de clientes/fornecedores de recursos em garantia contratual (caução) a ser devolvido ao término do contrato, nos termos da Lei 8666/1993 Art. 56 § 4°. Estes valores são atualizados mensalmente, de modo a retratar fielmente o total da obrigação para com os prestadores de serviço que efetuaram depósito de caução;

II) Recursos da União recebidos através de convênios e/ou termos de compromisso para construção de obras. Estes recursos são aplicados em caderneta de poupança, conforme art. 20 da Instrução Normativa STN N° 01/1997. Os valores são utilizados estritamente para pagamento de obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

III) Retenção de Recursos de Prestadores de Serviços relativos a proporção de verbas trabalhista indenizatórias, que serão liberadas ao final do contrato, caso não haja pendência da contratada em relação à mão-de-obra empregada na execução do serviço contratado. Esta operação está em caráter temporário, pois cada fornecedor abrirá uma conta corrente vinculada (garantia) para este fim, sendo esta conta de titularidade do prestador de serviço. Estes valores também são aplicados em conta poupança e atualizados mensalmente.

10. Clientes

Cliente	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cliente	5.322	11.990	7.455	12.082
PCLD (a)	-	(11.365)	-	(11.513)
Total	5.322	625	7.455	568

(a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Clientes aberto por vencimento (vencidos e a vencer)

<u>Valores a Vencer</u>	31/12/2016	31/12/2015
Vencer em até 30dd	5.233.646,12	7.374.765,82
A Vencer entre 30 e 60 dd	3.164,61	5.481,70
A Vencer entre 60 e 90 dd	3.164,59	3.029,86
A Vencer entre 90 e 180 dd	6.234,00	1.734,00
A Vencer entre 180 e 360 dd	12.468,00	3.468,00
A Vencer mais de 360 dd	9.578,00	7.514,00
Total (1)	(a) 5.268.255,32	7.395.993,38
<u>Valores Vencidos</u>	31/12/2016	31/12/2015
Atraso até 30 dias	24.054,68	27.623,93
Atraso de 31 à 60 dias	6.699,11	20.251,48
Atraso de 61 à 90 dias	2.809,01	11.014,51
Atraso de 91 à 180 dias	8.427,03	(c) 4.051,00
Atraso a mais de 180 dias	12.001.864,95	(c) 12.077.756,24
Total (2)	(b) 12.043.854,78	12.140.697,16
Total (1+2)	17.312.110,10	19.536.690,54

(a) Do montante de Valores a Vencer, R\$ 7.514,00 estão em Ação Monitória. Cliente M.DO.P.S. MENDES, cujo acordo em juízo não foi cumprido, portanto executado pelo jurídico EMAP.

(b) Do montante, R\$ 11.982.532,17 estão em Ação Monitoria.

(c) Valores em Ação Monitória.

11. Impostos e contribuições a recuperar/compensar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INSS	-	-
ISS	12	12
PIS	-	-
COFINS	-	-
IRPJ	12.092	8.725
CSLL	1.285	1.285
Outros impostos	11	11
Total	<u>13.400</u>	<u>10.032</u>

12. Imobilizado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bens Imóveis	17.369	18.580
Bens Móveis	11.855	12.042
Bens Móveis Convênio	253	253
Bens em Montagem	428	-
Obras em Andamento (a)	524.215	516.109
Total Imobilizado	<u>554.120</u>	<u>546.983</u>

- (a) A Empresa mantém investimentos em obras em andamento com recursos próprios e de terceiros, sendo que o mais relevante é a construção do berço 108. Em dezembro/2016, este investimento representa aproximadamente 14% do seu imobilizado. Os investimentos relativos a construção do berço 100 e recuperação dos berços 101 e 102 estão aguardando encerramento formal dos convênios com a aprovação da prestação de contas conforme os respectivos prazos de vigência, veja nota 15.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Benfeitorias em Imóveis	18.580	-	(1.211)	-	17.369
Móveis e Utensílios	1.064	347	(229)	-	1.182
Equipamentos de Informática	505	258	(540)	-	223
Máquinas e Equipamentos	8.219	1.076	(1.117)	-	8.178
Veículos	-	461	(40)	-	422
Aparel. Máq. E Equipamentos DNIT - Contrapartida	54	-	-	-	54
Defensas Marítimas e Cabeços	2.201	-	(403)	-	1.798
Bens em Montagem	-	428	-	-	428
Bens Móveis - Convênio	253	-	-	-	253
Subtotal	30.875	2.571	(3.540)	-	29.906
Obras em andamento					
Recursos próprios	181.922	4.775	-	-	186.697
Recursos de Terceiros	334.186	3.331	-	-	337.517
Subtotal	516.108	8.106	-	-	524.214
Total	546.983	10.677	(3.540)	-	554.120

13. Fornecedores

<u>Fornecedores</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>REPRESENTATIVIDADE</u>
Ingram Micro Informática Ltda.	313	20%
Geofort Fundações Ltda.	275	17%
Fundação Sousândrade de Apoio	211	13%
Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial	138	9%
COMPEX Informática Ltda.	127	8%
MFC Avaliação e Gestão de Ativos	112	7%
Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda.	79	5%
Fortline Indústria de Móveis Ltda.	72	5%
BrasilCard Administradora de Cartões	66	4%
Associação dos Livreiros do Estado do MA	50	3%
Flexform Indústria Metalúrgica Ltda.	47	3%
MC TEC	25	2%
Outros fornecedores	71	4%
Total	1.586	100,00%

14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ISS	629	684
INSS	1.148	982
FGTS	281	262
PIS	136	162
COFINS	655	770
IRPJ / CSLL	61	419
IRRF	824	672
Outros	266	134
Total	<u>4.001</u>	<u>4.086</u>

15. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repasse	Rendimentos	Utilizado (a)	Devolução	À utilizar
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	240.219	16.496	256.011	- 704
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89 -
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486 -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	0.420	70.420	47.950	2.643	50.593	- -
TERMO DE COMPROMISSO SEP/04/2014	e.	-	31.325	31.325	30.394	74	30.449	- 18
Total		27.304	391.579	418.883	368.178	26.951	353.831	40.575 722

(a) Recursos utilizados referente ao concedente e rendimentos.

- a. **Convênio N° DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013, prorrogado para 31/01/2014.

Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido

em abril de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 7.328 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006.

Obras contempladas: Posto Vigiairo; Prédio Centro de Negócios. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101. O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.

Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 28/02/2014. Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

- e. **Termo de Compromisso SEP/04/2014** – Tem por objetivo a conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 24/06/2014 a 24/06/2015. Em julho de 2014 foi recebida a primeira parcela do repasse no valor R\$ 9.730 mil. Prestação de contas enviada e aguardando análise da Secretaria Especial de Portos – SEP.

16. Provisão para contingências

<u>AÇÃO</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>VARIAÇÃO</u>
JUSTIÇA TRABALHISTA	650	650	-
JUSTIÇA COMUM	1.520	450	1.070
INFRAÇÕES	270	1.220	(950)
TOTAL	2.440	2.320	120

17. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento operacional para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão -TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.

A remuneração desses contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, que é paga mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foi paga à vista (antecipada) parte do arrendamento, que foi denominada de: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R\$ 144.015 mil, e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680 mil. O total recebido à vista foi reconhecido como receita diferida – item 50 do CPC 06 - e está sendo apropriado (no resultado) de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.

Abaixo a posição da receita diferida em 31 de dezembro de 2016.

	<u>Oportunidade de negócios</u>	<u>Down payment</u>	<u>Total</u>
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	110.182	5.864	116.046
Total	115.955	6.172	122.127

18. Outras contas a pagar

Na composição do grupo Outras Contas a Pagar temos R\$ 437 mil que trata de valor cobrado indevidamente pela empresa DTA, que na composição de preço do serviço contratado incluiu indevidamente os percentuais de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Essa operação ocorreu no ano de 2009, e as partes aguardam a apreciação da Prestação de Contas desse exercício por parte do TCE.

19. Patrimônio Líquido

O capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 307.316.755,54 (2015: R\$ 213.938.000,00) dividido em 307.316.755 ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00. Tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

a. Reserva de Lucro – Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 11.919 mil em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$ 9.769 mil).

b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal

Em 17 de dezembro de 2014, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo n.º 0210/2014 que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de modernização da infraestrutura com, fruição para o período de 2014 à 2023.

Conforme determina a legislação vigente, o direito ao gozo desse benefício ocorre somente depois que o mesmo seja reconhecido (homologado) pela unidade da Secretaria



da Receita Federal a que estiver jurisdicionada; o chefe da unidade decidirá em cento e vinte dias contatos da apresentação do requerimento à repartição fiscal competente.

No § 2º, Art. 2º da IN SRF 267/2002 estabelece que: "expirado o prazo, sem que a requerente tenha sido notificada da decisão contrária ao pedido e enquanto não sobrevier decisão irrecorrível, considerar-se-á a interessada automaticamente em pleno gozo do benefício concedido, a partir da data de expiração do prazo".

Em 29/01/2015 foi protocolado junto a Delegacia da Receita Federal de São Luís, pedido de homologação do benefício fiscal, passado 120 (cento e vinte) dias, como não houve manifestação da Receita Federal, com base na Instrução normativa SRF n.º 267 de 23/12/2002 Art. 60 e § 1º e 2º, a Empresa passou a reconhecer o benefício sobre as receitas incentivadas a partir de junho/2015.

A Receita Federal homologou o pleito da EMAP em 04 de julho de 2016 considerando a decisão contida no Processo n.º 10320.720342/2015-75 reconhecendo o início do prazo de fruição de 01/01/2014 com prazo total de fruição de 10 (dez) anos, conforme ATO DECLARATÓRIO N.º 16 DE 04 DE JULHO DE 2016 publicado no Diário Oficial da União n.º 142, terça-feira de 26/07/2016.

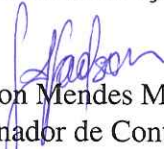
* * * * *



Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente



Danielle Câmara Fernandes Nunes
Diretora de Administração e Finanças



Jadson Mendes Miranda
Coordenador de Contabilidade
CRC/MA 006540/O-1

